

Início do ano letivo: atraso não resolveu problemas

Para a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), “nem o arranque tardio disfarça os problemas” na abertura do ano letivo 2015/2016, que se verificou hoje na esmagadora maioria das escolas – de acordo com o calendário oficial, poderia ocorrer entre os dias 15 e 21.

Arranque tardio que, segundo a estrutura sindical, se ficou a dever a duas razões principais: “por um lado, em 15 de setembro, o MEC ainda não tinha criado as condições necessárias para que as escolas pudessem iniciar a atividade; por outro, existe uma legítima falta de confiança por parte das escolas em relação aos responsáveis do MEC e, portanto, não arriscaram abrir antes da data-limite estabelecida.”

Em conferência de imprensa realizada também hoje, no Porto, o secretário-geral da Fenprof salientou que o arranque deste ano letivo é “o mais tardio dos 15 anos”, considerando que a proximidade da campanha para as eleições legislativas terá obrigado o Governo a “aproximar o mais possível a abertura das aulas da data das eleições e, dessa forma, encurtar o tempo e a possibilidade de os problemas ganharem grande visibilidade” com o início das atividades com os alunos. E são múltiplos os problemas existentes nas escolas, segundo a Fenprof: turmas com número de alunos ultrapassando os limites legais; alunos sem os apoios educativos necessários; falta de funcionários; escassez de horas para projetos de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono, entre outros.

As condições de trabalho dos professores, o encerramento de escolas e jardins de infância e a implementação do Inglês no currículo do 1º Ciclo (“setor que, globalmente, vive uma situação gravíssima”), são outros aspetos que estão no centro das atenções da Fenprof, que vaticina duas consequências do próximo ato eleitoral: “a derrota da atual maioria, cuja ação governativa tem vindo a afetar muito negativamente a Educação, em particular a Escola Pública, com cortes superiores a três mil milhões de euros em quatro anos” e a revogação de medidas como a municipalização da Educação, a privatização de respostas que as escolas públicas estão em condições de oferecer ou a asfixia financeira do ensino artístico.

Após as eleições, a Fenprof apresentará a quem suceder a Nuno Crato doze medidas que considera urgentes e que deverão ser tomadas de imediato. “A sua concretização será um bom ponto de partida para o futuro”, considera a maior organização portuguesa de professores.

[fotografia: Henrique Borges]